

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	12
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 CONTEXTO OPERACIONAL	14
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	17
4 ASSUNTOS REGULATÓRIOS	28
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	29
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	29
8 PARTES RELACIONADAS	30
9 IMOBILIZADO	31
10 INTANGÍVEL	32
11 ATIVOS DE CONTRATO	35
12 FORNECEDORES	35
13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36
14 DEBÊNTURES	37
15 IMPOSTO DE RENDA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	39
16 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	40
17 PASSIVO A DESCOBERTO	41
18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	43
19 CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	44
20 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	44
21 RESULTADO FINANCEIRO	45
22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	45
23 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	51
24 COMPROMISSOS FUTUROS	51



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.
Macapá - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia e suas controladas, devido ao elevado número de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas das Companhias para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de serviços de água e esgoto distribuídos, mas não faturados

As receitas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas quando da aferição do volume consumido, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 5.885 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa no 7 às demonstrações contábeis.

A mensuração da receita não faturada foi considerada um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração Diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja estimada de forma precisa.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe com base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2025

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Diretoria assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

A Companhia possui ativo intangível e ativos de contrato da concessão nos montantes de R\$ 893.463 mil e R\$ 254.589 mil, respectivamente. O contrato de concessão da Companhia prevê o direito de exploração da infraestrutura e a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos aos consumidores em nome do poder concedente. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.4, 3.5, 10 e 11.

A capitalização de gastos nos ativos de contrato da concessão e intangível possui elevada subjetividade devido às naturezas diversas dos referidos gastos, os quais são capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Dessa forma, referido tema foi considerado um assunto significativo para nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento da estrutura de controles internos e a avaliação dos critérios de classificação dos gastos como ativos de contrato da concessão e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes e (ii) teste das adições dos ativos de contrato da concessão para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e adequada classificação.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade de ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.718	105.622	Fornecedores	12	47.153	25.206
Aplicações financeiras	6	2.639	12.012	Empréstimos e financiamentos	13	352	266
Contas a receber de clientes	7	43.733	37.352	Debêntures	14	127.506	358.040
Almoxarifado		4.954	3.762	Passivo de arrendamento	24	1.001	1.024
Impostos e contribuições a recuperar		367	8	Impostos e contribuições a recolher		5.621	1.884
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		2.895	2.783	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		37	63
Outros créditos a receber		812	1.116	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		1.748	1.881
Total do ativo circulante		58.118	162.655	Participação nos lucros		6.861	2.761
Não circulante				Provisão para riscos judiciais	16	-	22
Impostos e contribuições a recuperar		1.290	63	Outras contas a pagar		383	23
Depósitos vinculados	16	2.501	-	Total do passivo circulante		190.662	391.170
Outros créditos a receber		-	2	Não circulante			
Imobilizado	9	22.441	4.049	Empréstimos e financiamentos	13	134.478	134.670
Intangível	10	893.463	904.405	Debêntures	14	1.331.164	962.871
Ativos de contrato	11	254.589	134.491	Passivo de arrendamento	24	10.294	1.299
Direito de uso		10.824	2.163	Provisão para riscos judiciais	16	607	386
Total do ativo não circulante		1.185.108	1.045.173	Total do passivo não circulante		1.476.543	1.099.226
				Passivo a descoberto	17		
				Capital social	17.1	160.331	100.000
				Reserva de capital		1.475	1.296
				Prejuízos acumulados		(585.785)	(383.864)
				Total do passivo a descoberto		(423.979)	(282.568)
Total do ativo		1.243.226	1.207.828	Total do passivo e passivo a descoberto		1.243.226	1.207.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	18	217.746	150.151
Custo de bens e serviços		(32.562)	(39.461)
Custo de construção		(126.736)	(73.035)
Custos de bens, serviços e operação	19	(159.298)	(112.496)
Lucro bruto		58.448	37.655
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	(9.038)	(9.020)
Despesas gerais e administrativas	19	(51.913)	(58.983)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	19	(31.049)	(34.994)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(2.252)	(1.539)
Total de despesas operacionais		(94.252)	(104.536)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		(35.804)	(66.881)
Receitas financeiras	21	9.512	11.827
Despesas financeiras	21	(175.629)	(179.025)
Resultado financeiro, líquido	21	(166.117)	(167.198)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(201.921)	(234.079)
Prejuízo do exercício		(201.921)	(234.079)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(201.921)</u>	<u>(234.079)</u>
Total resultados abrangentes	<u>(201.921)</u>	<u>(234.079)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>50.000</u>	<u>722</u>	<u>(149.785)</u>	<u>(99.063)</u>
Integralização de capital	50.000	-	-	50.000
Prejuízo do exercício	-	-	(234.079)	(234.079)
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	<u>-</u>	<u>574</u>	<u>-</u>	<u>574</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>100.000</u>	<u>1.296</u>	<u>(383.864)</u>	<u>(282.568)</u>
Integralização de capital	60.331	-	-	60.331
Prejuízo do exercício	-	-	(201.921)	(201.921)
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	<u>-</u>	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>179</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>160.331</u>	<u>1.475</u>	<u>(585.785)</u>	<u>(423.979)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo no exercício	(201.921)	(234.079)
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	2.473	2.061
Amortização do direito de concessão	26.946	26.946
Baixa de imobilizado e intangível	229	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	31.049	34.994
Provisão para riscos judiciais	507	398
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	172.966	170.553
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.428)	(11.940)
Valor justo das opções de compra	179	574
Provisão para participação nos lucros	4.678	-
	30.678	(10.493)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	(36.385)	(44.963)
Depósitos judiciais	(2.501)	-
Almoxarifado	(1.192)	346
Impostos e contribuições a recuperar	(1.586)	459
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(112)	(766)
Outros créditos a receber	(739)	86
Fornecedores	16.753	7.511
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(7.417)	(4.720)
Impostos e contribuições a recolher	3.737	(579)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(26)	23
Participação nos lucros	(578)	1.044
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(308)	(26)
Outras contas a pagar	360	(833)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(29.994)	(42.418)
Rendimentos de aplicações financeiras	6.428	11.940
Juros pagos	(33.321)	(304.531)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(26.209)	(345.502)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	(10.128)	(896)
Aquisições no ativo imobilizado	(18.872)	(4.107)
Aquisições no ativo contratual	(114.043)	(61.658)
Aplicações financeiras	9.373	27.541
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(133.670)	(39.120)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital	60.331	50.000
Captação de empréstimos e financiamentos	(240)	123.567
Captação de debêntures	-	955.000
Amortização de debêntures	(1.967)	(648.215)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.149)	(1.330)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	56.975	479.022
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(102.904)	94.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105.622	11.222
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.718	105.622
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(102.904)	94.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	102.517	86.772
Receita de Construção	126.736	73.035
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(31.049)	(34.994)
	<u>227.048</u>	<u>124.813</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(126.736)	(73.036)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.859)	(48.605)
Outras despesas	(2.734)	(1.870)
	<u>(163.329)</u>	<u>(123.511)</u>
Valor adicionado bruto	<u>34.875</u>	<u>1.302</u>
Depreciação e amortização	(2.473)	(2.060)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>32.402</u>	<u>(758)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.036	12.403
Amortização do direito de concessão	(26.946)	(26.946)
	<u>(16.910)</u>	<u>(14.543)</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>15.492</u>	<u>(15.301)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	19.310	19.714
Benefícios	3.962	3.757
FGTS	1.474	1.279
	<u>24.746</u>	<u>24.750</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	16.064	14.776
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	171.648	175.708
Aluguéis	974	227
Outros	3.981	3.317
	<u>176.603</u>	<u>179.252</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(201.921)	(234.079)
Valor adicionado	<u>15.492</u>	<u>(15.301)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (“Companhia” ou “CSA”), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado, com sede na cidade Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos III S.A. (“Equatorial Participações III”), tendo por controladora final a Equatorial S.A. Constituída em 21 de dezembro de 2021, a Companhia esteve em fase de operação assistida até 12 de julho de 2022, iniciando suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022, com objeto único e exclusivo de exploração dos serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de atividades acessórias ou associadas previstas, atendendo em 31 de dezembro de 2024, 95.431 (*) consumidores em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado entre o Poder Concedente e a Companhia.

(*) Referente ao total de consumidores. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá (Contrato de concessão), assinado em 21 de dezembro de 2021, foi celebrado entre o Estado do Amapá (Estado) e a Companhia e possui vencimento em 12 de julho de 2057, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia foi constituída em dezembro de 2021 e esteve em fase de operação assistida até julho de 2022, de forma que os resultados apurados foram melhores que o esperado, frente ao desafio para a construção e entrada em operação da empresa, assumindo a concessão plena dos serviços de água e esgoto no Amapá, buscando entregar qualidade aos usuários do sistema.

A Companhia apresentou prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 201.921 (R\$ 234.079 em 31 de dezembro de 2023), passivo a descoberto de R\$ 423.979 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 282.568 em 31 de dezembro de 2023) e capital circulante negativo de R\$ 132.544 (negativo R\$ 228.515 em 31 de dezembro de 2023). No entanto, com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Priorização de investimentos com impacto em geração de receita, aumento de arrecadação, combate as perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia;
- (ii) Prospecção de novos consumidores, visando o aumento da base atual;
- (iii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate as perdas; e
- (iv) Manutenção do suporte financeiro, através da controladora final Equatorial S.A., para sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As Demonstrações contábeis individuais apresentam informações em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Intangível	nº 3.4 e 10	Definição da vida útil do ativo intangível e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	nº 3.5 e 11	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão e critérios de reconhecimento dos gastos capitalizados nos ativos da concessão.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 18	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , receita de remuneração dos ativos de contrato e receita não faturada.
Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados	nº 3.11 e 16	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Instrumentos financeiros	nº 3.9 e 22	Mensuração e definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre serviços de abastecimento, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Plano de opção de compra de ações	17.2	Probabilidade de exercício de opções.

2.5 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 – Instrumentos financeiros.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz e a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida o cliente obtém os serviços contratados.

A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir:

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. Além disso, a Companhia reconhece a parcela de receita ainda não faturada que correspondente ao período entre a data da última aferição e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a água foi consumida.

(ii) Receita de construção

A receita de construção aos serviços de construção ou melhoria é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que a eventual margem é próxima a zero.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.3 Almoxarifado

A Companhia reconhece saldos de estoques tanto no ativo circulante, como nos ativos de contrato que contempla os estoques para obras.

Os estoques são demonstrados ao custo, avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.4 Ativos intangíveis

3.4.1 Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia reconhece como um ativo intangível valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato, não sendo essa infraestrutura contabilizada como um ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da referida infraestrutura.

Nos termos dos contratos de concessão, dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro, sendo reconhecido um ativo intangível quando o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos ou é reconhecido um ativo financeiro à medida em que se tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a companhia efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; e para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

3.4.2 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.5 Ativos de contrato

Os Ativos de Contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição.

3.6 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores, quando aplicável. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Companhia deve avaliar a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

3.8 Capital social

3.8.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.9 Instrumentos financeiros

3.9.1 Ativos Financeiros

(a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
-
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.9.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9.3 Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.9.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.10 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas

A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera o percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 2 anos, período da concessão da CSA. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada aging list, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de fornecimento de água e saneamento básico e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Após estudos desenvolvidos para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A CSA entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a CSA baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, de clientes cujos títulos sejam considerados irrecuperáveis. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

3.11 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.13 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

Vida útil ativos intangíveis: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.14 Principais mudanças nas políticas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.14.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

3.14.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Reajuste Tarifário CSA

A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. passou por processo de Reajuste Tarifário Anual. As tarifas de aplicação e os valores relativos aos serviços complementares da CSA, constantes na Resolução da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá – ARSAP N° 003, de 13 de julho de 2023, ficaram reajustados em 5,48% (cinco vírgula quatro e oito por cento), em consonância à Resolução n° 006, de 11 de julho de 2024, com efeito a partir de 30 de agosto de 2024.

4.2 Novo marco legal do saneamento básico

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei no 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico do Brasil. Os principais pontos alterados foram: i) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; ii) Metas legais de universalização; iii) Regulação: atribuição a Agência Nacional de Água (“ANA”) para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, na busca pela homogeneidade e segurança jurídica ao setor; iv) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço. A Companhia, tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal, bem como seus desdobramentos regulamentares complementares atinentes a prestação de serviços, que deverão ser publicadas pela Entidade Reguladora Infranacional - ARSAP, considerando que a CSA esteve em fase de operação assistida até iniciar suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	317	228
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.401	105.394
Total	2.718	105.622

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 96 % do CDI (100,07% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	2.142	12.012
Fundo Aberto (b)	497	-
Total	2.639	12.012

- (a) Os Fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada acumulado no período da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 95,65% do CDI (101,46% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição de saldos

	2024				2023			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	1.475	10.372	64.793	76.640	10.025	7.027	36.528	53.580
Industrial	1	3	13	17	6	6	28	40
Comercial	406	778	4.491	5.675	665	552	2.766	3.983
Serviço público	404	1.118	1.241	2.763	863	399	1.239	2.501
Contas a receber de serviços de água	2.286	12.271	70.538	85.095	11.559	7.984	40.561	60.104
Residencial	363	1.168	4.318	5.849	1.762	439	3.955	6.156
Industrial	-	-	4	4	3	2	11	16
Comercial	394	329	1.555	2.278	445	193	928	1.566
Serviço público	282	452	143	877	397	38	223	658
Contas a receber de serviços de esgoto	1.039	1.949	6.020	9.008	2.607	672	5.117	8.396
Residencial	5.079	692	1.375	7.146	-	-	-	-
Comercial	408	66	149	623	-	-	-	-
Serviço público	1.185	148	61	1.394	-	-	-	-
Parcelamento	6.672	906	1.585	9.163	-	-	-	-
Contas a receber de consumidores a faturar (a)	5.885	-	-	5.885	3.846	-	-	3.846
(-) Arrecadação em processo de classificação	(420)	-	-	(420)	-	-	-	-
Subtotal	15.462	15.126	78.143	108.731	18.012	8.656	45.678	72.346
(-) PECLD	(3.828)	(7.261)	(53.909)	(64.998)	-	-	(34.994)	(34.994)
Total contas a receber clientes	11.634	7.865	24.234	43.733	18.012	8.656	10.684	37.352

- (a) Corresponde ao serviço de água e esgoto distribuído, mas não faturado para consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões/ Reversões	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(34.994)	(25.608)	(60.602)
Parcelamentos	-	(2.964)	(2.964)
Contas a receber de consumidores não faturados	-	(1.432)	(1.432)
Total	(34.994)	(30.004)	(64.998)

8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2024		2023
		Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo
Fornecedores				
Equatorial Serviços S.A.	(a)	(907)	(1.439)	(609)
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda	(b)	(486)	(1.742)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA	(c)	(13)	(80)	(53)
Equatorial Renováveis S. A.	(d)	(1.437)	(4.288)	-
Total		(2.843)	(7.549)	(609)
Outras contas a pagar				
Equatorial S.A.	(e)	-	-	(204)
		2024		2023
		Passivo	Efeito no resultado Receita (Despesa)	Passivo
Passivo de arrendamento				
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda	(b)	(9.953)	(55)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA	(c)	(472)	1.063	-
Total		(10.425)	1.008	-

- (a) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação de serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas;
- (b) O valor com a E-Nova Geração Distribuída S.A. corresponde ao termo de cessão oneroso de aluguel da usina fotovoltaica;
- (c) O valor com a Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA corresponde ao termo de cessão oneroso de aluguel da sede administrativa da CSA;
- (d) O valor com a Equatorial Renováveis S.A. corresponde a venda de energia e serviços prestados de representação comercial na CCCE; e
- (e) O valor com a Equatorial S.A. é proveniente da remuneração de aval de seguro da CSA.

8.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 6.200 (R\$ 5.512 em 31 de dezembro de 2023), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) benefícios de pós emprego.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 17.2 – Plano de opção de compra de ações.

	2024	%
Remuneração fixa anual	469	100%
Salário ou Pró-labore	455	97%
Benefícios diretos e indiretos	14	3%
Valor total da remuneração	469	100%

8.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus nas emissões de debêntures, contrato de fiança bancária e na apólice de seguros, conforme abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (a)
1ª Emissão de Debêntures (b) (c)	1.003.000	100	20/12/2021	15/06/2027	1.003.000	379.489
2ª Emissão de Debêntures (b)	955.000	100	10/11/2023	15/10/2052	955.000	1.079.182
Apólice de Seguro	281.039	100	29/09/2023	30/09/2026	N/A	N/A
Total	2.239.039				1.958.000	1.458.671
Fiança						
Intesa Sanpaolo (b)	11.080	100	12/06/2024	12/06/2026	N/A	N/A
Santander (b)	124.176	100	16/08/2023	16/08/2025	N/A	N/A
Total	135.256				-	-

- (a) Os valores atualizados das debêntures, estão líquidos do custo de captação;
- (b) As fianças e a 1ª e 2ª Emissão de Debêntures, ônus é assumido pelo grupo controlador do acionista minoritário; e
- (c) Em 17 de junho 2024 houve repactuação na 1ª emissão debêntures, alterando o vencimento final de 15 de junho de 2024 para 15 junho 2027 e o saldo de principal de R\$ 354.785 para R\$ 378.628.

9 Imobilizado

O ativo imobilizado está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	2024		
		Custo	Depreciação	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	19%	1.149	(358)	791
Veículos	10%	3.368	(617)	2.751
Total		4.517	(975)	3.542
Em Curso				
Máquinas e equipamentos		18.178	-	18.178
Móveis e utensílios		401	-	401
Edificações		309	-	309
Veículos		11	-	11
Subtotal		18.899	-	18.899
		23.416	(975)	22.441
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	2023		
		Custo	Depreciação	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%	1.145	(218)	927
Veículos	20%	3.399	(277)	3.122
		4.544	(495)	4.049

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Movimentação do Ativo Imobilizado

	2023	Adições	Reclassificações	2024
Máquinas e equipamentos	1.145	-	4	1.149
(-) Depreciação	(218)	(140)	-	(358)
Total prestação de serviços	927	(140)	4	791
Veículos	3.399	-	(31)	3.368
(-) Depreciação	(277)	(340)	-	(617)
Total das instalações técnicas de saneamento	3.122	(340)	(31)	2.751
Em Curso				
Máquinas e equipamentos	-	18.182	(4)	18.178
Móveis e utensílios	-	11	-	11
Edificações	-	401	-	401
Veículos	-	278	31	309
Subtotal	-	18.872	27	18.899
Total	4.049	18.392	-	22.441

	2022	Adições	2023
Máquinas e equipamentos	437	708	1.145
(-) Depreciação	(73)	(145)	(218)
Total prestação de serviços	364	563	927
Veículos	-	3.399	3.399
(-) Depreciação	-	(277)	(277)
Total das instalações técnicas de saneamento	-	3.122	3.122
Total	364	3.685	4.049

Para a análise do teste de recuperabilidade do imobilizado, veja nota 10.2 *Impairment*.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024			
		Custo	Amortização (a)	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Intangíveis decorrentes de:					
Contratos de concessão					
Gastos com outorga	2,88%	943.104	(66.392)	-	876.712
Outros gastos da concessão	1,95%	270.078	(155.090)	(108.865)	6.123
Softwares	20%	11.024	(396)	-	10.628
Total		1.224.206	(221.878)	(108.865)	893.463
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2023			
		Custo	Amortização (a)	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Intangíveis decorrentes de:					
Contratos de concessão					
Gastos com outorga	2,88%	943.104	(39.446)	-	903.658
Outros gastos da concessão	1,95%	263.669	(149.747)	(113.922)	-
Softwares	20%	896	(149)	-	747
Total		1.207.669	(189.342)	(113.922)	904.405

- (a) O ativo intangível é amortizado dentro do prazo da concessão, sendo o cálculo efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado. De acordo com o contrato de concessão, a responsabilidade pela operação do sistema dar-se-á a partir da assinatura do termo de posse, sendo assim, a amortização iniciará a partir da transferência do sistema e início de operação por parte da Companhia, conforme nota explicativa nº 1.1 – Contrato de concessão.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.1 Movimentação do Ativo Intangível

	2023	Adições	Baixas	Transferências – Ativo de contrato	2024
Contratos de concessão	1.206.773	-	(229)	6.638	1.213.182
(-) Amortização	(189.193)	(32.003)	-	(286)	(221.482)
Total Contratos de concessão	1.017.580	(32.003)	(229)	6.352	991.700
<i>Softwares</i>	896	-	-	183	1.079
(-) Amortização	(149)	(533)	-	286	(396)
Total de <i>softwares</i>	747	(533)	-	469	683
Obrigações especiais(b)	(263.669)	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	149.747	5.057	-	-	154.804
Total em obrigações especiais	(113.922)	5.057	-	-	(108.865)
Em curso					
<i>Softwares</i>	-	10.128	-	(183)	9.945
Total	904.405	(17.351)	(229)	6.638	893.463

	2022	Adições	Transferências – Ativo de contrato	Reclassificações	2023
Contratos de concessão	943.104	-	-	-	943.104
(-) Amortização	(12.500)	(26.946)	-	-	(39.446)
Total Contratos de concessão	930.604	(26.946)	-	-	903.658
<i>Softwares</i>	-	896	-	-	896
(-) Amortização	-	(149)	-	-	(149)
Total de <i>softwares</i>	-	747	-	-	747
Total	930.604	(26.199)	-	-	904.405

10.2 Avaliação de Impairment

10.2.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida

A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão que vai até 2057. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos

(a) Taxa de desconto:

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (33 anos).

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

A taxa de desconto utilizada foi de 11,28% em 31 de dezembro de 2024 (11,93% em 31 de dezembro de 2023).

(b) Sensibilidade:

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

(c) Mercado/Receita

A receita da Companhia foi projetada em base real (sem inflação), de acordo com as estimativas de crescimento populacional e atingimento dos indicadores de cobertura para universalização, de acordo com o contrato de concessão, sendo 99% para água em 2032 e 90% para esgoto em 2038 e consumo médio com base no histórico Brasil.

(d) Tarifa

A tarifa da Companhia é dada pelo contrato de concessão, não sofrendo alteração na base real (sem inflação), pois todos os componentes para reajuste da tarifa estão atrelados à indicadores de inflação (ICC, IPA, INCC e Custo Energia Elétrica).

(e) Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança no curto prazo. Para o longo prazo considerou-se dados históricos da Equatorial e benchmarking realizado com o mercado de saneamento.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Ativos de Contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>2024</u>
Ativos de contrato da concessão	134.491	126.736	(6.638)	254.589
Total	134.491	126.736	(6.638)	254.589

	<u>2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>2024</u>
Ativos de contrato da concessão	61.456	73.035	-	134.491
Total	61.456	73.035	-	134.491

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada a ativos de contrato, pois eles serão remunerados, a partir da entrada em serviço, pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público ao final da concessão. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12 Fornecedores

A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 47.153 (R\$ 25.206 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado em prazo médio de até 54 dias (42 dias em 31 de dezembro de 2023).

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. A participação no acordo de financiamento é opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a Companhia quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. A Companhia não fornece garantias à instituição financeira. Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de “rebates financeiros”.

O saldo de fornecedores – risco sacado, ou seja, que fazem acordo de financiamento de fornecedores, é de R\$ 302 em 31 de dezembro de 2024, não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 51 dias. A totalidade do saldo já foi recebida pelos fornecedores por meio da instituição parceira considerando a própria modalidade de risco sacado. Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa o valor de R\$ 1.449 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco da Amazônia (-) Custo de Captação	IPCA +1,68% a 2,05%	Fiança bancária	387 (35)	135.256 (778)	135.643 (813)
Total empréstimos e financiamentos			352	134.478	134.830

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco da Amazônia (-) Custo de Captação	IPCA +1,68% a 2,05%	Fiança bancária	281 (15)	135.256 (586)	135.537 (601)
Total empréstimos e financiamentos			266	134.670	134.936

13.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	266	134.670	134.936
Encargos	9.510	-	9.510
Transferências	(48)	48	-
Pagamentos de Juros	(9.404)	-	(9.404)
Custo de captação (a)	28	(240)	(212)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	352	134.478	134.830

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	11.080	11.087
Ingressos	-	124.176	124.176
Encargos	2.803	-	2.803
Transferências	(23)	23	-
Pagamentos de Juros	(2.529)	-	(2.529)
Custo de captação (a)	8	(609)	(601)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	266	134.670	134.936

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	352	0%
2028	5.636	4%
2029	6.763	6%
De 2030 até 2048	122.858	91%
Subtotal	135.257	101%
(-) Custo de Captação	(779)	-1%
Não circulante	134.478	100%
Total	134.830	100%

14 Debêntures

14.1 Movimentação de debêntures

	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	358.040	962.871	1.320.911
Encargos	45.061	69.683	114.744
Transferências	(253.451)	253.451	-
Pagamento de juros	(23.061)	-	(23.061)
Variação monetária	-	47.126	47.126
Custo de captação (a)	917	(1.967)	(1.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.506	1.331.164	1.458.670
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	1.147.076	1.147.076
Ingressos	-	955.000	955.000
Encargos	167.882	-	167.882
Transferências	1.138.779	(1.138.779)	-
Amortização principal (a)	(648.215)	-	(648.215)
Pagamento de juros	(301.500)	-	(301.500)
Variação monetária	-	5.268	5.268
Custo de captação (b)	1.094	(5.694)	(4.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	358.040	962.871	1.320.911

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2024		Total
								Passivo circulante	Passivo não circulante	
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.003.000	CDI + 1,55 a.a.	dez/21	jun/27	127.728	251.761	379.489
2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)/(7)	Aval/Fiança + Recebíveis	Única	955.000	IPCA + 6,79% a.a.	Nov/23	Out/52	(222)	1.079.403	1.079.181
								127.506	1.331.164	1.458.670

(1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie quirografária
(5) Debêntures Incentivadas
(6) Garantia Adicional fidejussória
(7) Garantia Adicional Real

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2024	
	Valor	%
Vencimento Circulante	127.506	9%
2026	126.209	9%
2027	126.209	9%
2028	79.432	5%
2029	18.008	1%
De 2030 até 2052	987.934	68%
Subtotal	1.337.792	92%
Custo de captação (Não circulante)	(6.628)	-1%
Total não circulante	1331.164	91%
Total debêntures	1.458.670	100%

14.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido em sua fiadora, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

Covenants debêntures	1ª emissão debêntures	2ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	3,3	3,3

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Imposto de renda contribuição social correntes e diferidos

15.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(201.921)	(201.921)	(234.079)	(234.079)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	50.480	18.173	58.520	21.067
Ajustes que afetaram o cálculo do tributo sobre lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(497)	(9)	723	112
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(49.983)	(18.164)	(59.243)	(21.179)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	-	-	-	-
	-	-	-	-

15.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais, pois está em fase de afirmação do período de turn around e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$178.329 (R\$ 74.739 em 31 de dezembro de 2023) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	523.293	130.823	219.385	54.846
Base negativa de CSLL	527.840	47.506	221.035	19.893
Total	1.051.133	178.329	440.420	74.739

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Provisão para riscos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhista, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis em curso, conforme demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósito vinculados	Provisão	
Cível	607	2.501	386	
Trabalhista	-	-	22	
Total	607	2.501	408	
Circulante	-	-	22	
Não circulante	607	2.501	386	

16.1 Movimentação dos riscos do exercício

	2023		2024			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cível	386	828	(308)	(327)	28	607
Trabalhista	22	28	-	(47)	(3)	-
Total contingências	408	856	(308)	(374)	25	607

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

16.2 Cível

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 293 processos de natureza cível, cujos prognósticos de perda foram considerados prováveis e, conseqüentemente, foi constituída provisão no montante de R\$ 607 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Falha de Fornecimento	61	56
Cobrança Indevida	273	232
Fraude Questionada	3	0
Corte Indevido	105	52
Acidente de trânsito	3	0
Falha no atendimento	147	46
SPC/SERASA	9	-
Outras	6	-
Total	607	386

Além dos processos provisionados conforme mencionado acima, existem 9 outros processos cíveis, cuja prognóstico de perda foi avaliada como possível pela Administração, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 25 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências cíveis (prognóstico possível)	2024	2023
Falha de Fornecimento	14	9
Fraude Questionada	4	0
Outras	7	204
Total	25	213

16.3 Trabalhista

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 1 processo de natureza trabalhista, cujo prognóstico de perda foi considerado possível, no montante de R\$ 35 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2023).

17 Passivo a descoberto

17.1 Capital social

O capital subscrito é de R\$ 215.041 e o capital integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 160.331. A totalidade do capital subscrito será integralizado até 30 de junho de 2025. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.084.000 (um bilhão e oitenta e quatro milhões de reais). A composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2024	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações III S.A.	172.032.624	80%
SAM Ambiental e Engenharia S.A. ("SAM")	43.008.156	20%
Total	215.040.780	100%

Em 23 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento no capital subscrito no valor de R\$ 57.710, com a emissão de 57.710.025 novas ações ordinárias, normativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista Equatorial Participações e Investimentos III S.A no valor de R\$ 46.168, e pela acionista SAM Ambiental e Engenharia S.A no valor de R\$ 11.542. Desse total, 46.168.020 ações encontram-se pendentes de integralização, a qual deverá ocorrer até 30 de junho de 2025. Com a efetiva integralização, o Capital Social atingirá o total de R\$ 215.041.

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.084.000 (um bilhão e oitenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Plano de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam direitos de compra de ações emitidas pela Equatorial S.A, e reconhece a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade e na legislação aplicável, é estabelecido as Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano.

17.2.1 Quinto plano de opção de compra de ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

(b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarados e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

(c) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no exercício:

4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)	2024	2023
Data da outorga: 11/03/2022		
Quantidade outorgada	150.000	150.000
Valor justo na data de outorga	23,59	23,59
Preço da ação na data de outorga	25,34	25,34
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,28	23,28
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%	30,89%
Vida da opção em anos (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%	12,26%

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no exercício:

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	150.000	23,28	150.000	23,59
Encerradas no período/exercício	(150.000)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	-	-	150.000	23,28

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em contrapartida ao patrimônio líquido, foi de R\$ 179 (R\$ 5 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia deve mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A., conforme CPC 10 (R1).

18 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	95.871	84.149
Receita de construção (a)	126.736	73.035
Outras receitas	6.646	2.624
Receita operacional bruta	229.253	159.808
Deduções da receita		
PIS e COFINS	(9.497)	(8.024)
Encargos do consumidor	(2.010)	(1.633)
Deduções da receita operacional	(11.507)	(9.657)
Receita operacional líquida	217.746	150.151

(a) O aumento em 2024 em relação a 2023 ocorreu devido aos avanços físicos e financeiros das obras de expansão e melhorias.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Custos do serviço e despesas operacionais

	2024				Total
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	
Pessoal	(9.633)	(2.215)	(16.931)	-	(28.779)
Materiais e insumos	(8.881)	(7)	(235)	-	(9.123)
Serviços de terceiros	(2.765)	(6.736)	(4.726)	-	(14.227)
Custo de construção (a)	(126.736)	-	-	-	(126.736)
Arrendamento de aluguéis	(900)	(37)	(37)	-	(974)
PECLD	-	-	-	(30.004)	(30.004)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(482)	-	(482)
Amortização	(462)	-	(28.957)	-	(29.419)
Outros	(9.921)	(43)	(545)	(1.045)	(11.554)
Total	(159.298)	(9.038)	(51.913)	(31.049)	(251.298)

	2023				Total
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	
Pessoal	(10.702)	(2.500)	(16.092)	-	(29.294)
Materiais e insumos	(12.120)	(87)	(809)	-	(13.016)
Serviços de terceiros	(3.665)	(6.414)	(11.965)	-	(22.044)
Custo de construção (a)	(73.035)	-	-	-	(73.035)
Arrendamento de aluguéis	(160)	(22)	(45)	-	(227)
PECLD	-	-	-	(34.994)	(34.994)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(331)	-	(331)
Amortização	-	-	(29.006)	-	(29.006)
Outros	(12.812)	3	(735)	-	(13.546)
Total	(112.494)	(9.020)	(58.983)	(34.994)	(215.493)

(a) aumento em 2024 em relação a 2023 ocorreu devido aos avanços físicos e financeiros das obras de expansão e melhorias.

20 Outras despesas operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	404	-
Outras despesas operacionais		
Indenização por danos a terceiros	(131)	(42)
Outras despesas operacionais	(2.525)	(1.497)
Total de outras despesas operacionais	(2.656)	(1.539)
Total outras (despesas) / receitas operacionais, líquidas	(2.252)	(1.539)

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	6.428	11.940
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(524)	(576)
Outras receitas financeiras	3.608	463
Total de receitas financeiras	9.512	11.827
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(124.773)	(170.439)
Variação monetária e cambial da dívida (a)	(46.911)	(5.268)
Atualização de contingências	(25)	(68)
Juros e multas	(386)	(8)
Outras despesas financeiras	(3.534)	(3.242)
Total de despesas financeiras	(175.629)	(179.025)
Resultado financeiro líquido	(166.117)	(167.198)

- (a) Na rubrica de encargos e variação monetária da dívida, observou-se uma leve redução, resultante da combinação dos efeitos do IPCA e do CDI. O IPCA, que representa 76% da dívida, registrou 4,83% em 2024, em comparação com 4,62% em 2023. Já o CDI, responsável por 24% da dívida, apresentou 10,88% em 2024, ante 13,04% no ano anterior.

22 Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a seguir: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedor, passivo de arrendamento, empréstimos e financiamentos, e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

22.2 Mensuração de valor justo

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	317	317	228	228
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)	2	Custo amortizado	2.401	2.401	105.394	105.394
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	2.639	2.639	12.012	12.012
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	43.733	43.733	37.352	37.352
Total do ativo			49.090	49.090	154.986	154.986

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	46.851	46.851	25.206	25.206
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	302	302	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	11.295	11.295	2.323	2.323
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	134.830	135.643	134.936	135.538
Debêntures	2	Custo amortizado	1.458.670	1.295.481	1.320.911	2.005.182
Total do passivo			1.651.948	1.489.572	1.483.376	2.168.249

Caixa - Depósitos bancários - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.

Equivalentes de caixa - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Fornecedores risco sacado - decorrem de transações da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Passivo de arrendamento - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;

22.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.718 (R\$ 105.622 em 31 de dezembro de 2023), mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber de clientes

O contas a receber é composto pelas faturas de água e esgoto, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento dos serviços de água e esgoto vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação brasileira.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2024						
Classe Consumidora	Serviços de água	Serviços de esgoto	Parcelamentos	Não Faturados	Total	%
Residencial	76.640	5.849	7.146	4.518	94.153	86%
Industrial	17	4	-	2	23	0%
Comercial	5.675	2.278	623	534	9.110	8%
Serviço público	2.763	877	1.394	831	5.865	5%
Total	85.095	9.008	9.163	5.885	109.151	100%

2023					
Classe Consumidora	Serviços de água	Serviços de esgoto	Não Faturados	Total	%
Residencial	53.580	6.156	3.010	62.746	87%
Industrial	40	16	3	59	0%
Comercial	3.983	1.566	323	5.872	8%
Serviço público	2.501	658	510	3.669	5%
Total	60.104	8.396	3.846	72.346	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhora estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresento nas notas explicativas nº 7.2 e 3.10 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil Bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	6.672	23,92%	1.596	3.325	24,33%	809
Vencido 1 a 30	438	41,55%	182	6.192	44,60%	2.761
Vencido 31 a 60	293	47,72%	140	4.670	46,57%	2.175
Vencido 61 a 90	175	51,32%	90	3.358	56,96%	1.913
Vencido 91 a 120	202	53,88%	109	4.332	62,99%	2.728
Vencido 121 a 150	115	55,86%	64	2.631	62,99%	1.657
Vencido 151 a 180	183	57,48%	105	3.224	63,70%	2.054
Vencido 181 a 210	236	58,85%	139	3.412	63,98%	2.183
Vencido 211 a 240	125	60,04%	75	3.280	64,26%	2.108
Vencido 241 a 270	113	61,09%	69	3.139	65,17%	2.046
Vencido 271 a 300	113	62,02%	70	3.204	65,98%	2.114
Vencido 301 a 330	98	62,87%	62	3.164	66,71%	2.111
Vencido 331 a 360	90	63,65%	57	3.203	67,38%	2.158
Vencido 361 a 390	73	64,36%	47	3.113	68,00%	2.117
Vencido 391 a 420	61	65,02%	40	3.160	68,57%	2.167
Vencido 421 a 450	47	65,63%	31	3.097	69,10%	2.140
Vencido 451 a 630	121	68,62%	83	16.876	71,70%	12.099
Vencido 631 a 720	8	69,81%	5	7.973	72,72%	5.799
Vencido 721 a 810	-	70,86%	-	7.321	73,63%	5.390
Vencido 811 a 990	-	72,64%	-	5.429	75,02%	4.073
Total	9.163		2.964	94.103		60.602

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PCLD
A vencer	5.885	24,33%	1.432

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	134.830	255.077	1.044	6.823	7.494	25.208	214.508
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	1.458.670	5.400.158	-	173.984	157.772	280.947	4.787.455
Fornecedores	46.851	46.851	28.950	17.901	-	-	-
Fornecedor risco sacado	302	302	302	-	-	-	-
Total fornecedores	1.640.653	5.702.388	30.296	198.708	165.266	306.155	5.001.963
Passivo de arrendamento	11.295	11.295	206	795	172	652	9.470
Total	1.651.948	5.713.683	30.502	199.503	165.438	306.807	5.011.433

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	5.040	5.817	6.011	6.205	5.623	5.429
Impacto no resultado				194	388	(194)	(388)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(380.587)	(439.235)	(453.898)	(468.560)	(424.573)	(409.911)
	IPCA	(1.221.017)	(1.299.650)	(1.319.309)	(1.338.967)	(1.279.992)	(1.260.334)
Total de passivos financeiros		(1.601.604)	(1.738.885)	(1.773.207)	(1.807.527)	(1.704.565)	(1.670.245)
Impacto líquido no resultado				(34.320)	(68.641)	34.320	68.641
Efeito líquido no resultado				(34.126)	(68.253)	34.126	68.253
Referência para ativos e passivos financeiros¹	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%	
IPCA (% 12 meses)	6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%	

Fonte: B3

(d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 14 – Debêntures.

(e) Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Demonstração dos fluxos de caixa

23.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, estão demonstrados na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativos de contrato e intangível	6.638
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores	5.194
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento	7.284
Total de atividades de investimento	<u>19.116</u>
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	215
Reconhecimento de passivo de arrendamento	10.078
Total de atividades de financiamento	<u>10.293</u>
Total	<u>28.409</u>

23.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	<u>2023</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Pagamento de juros (*)</u>	<u>Novos arrendamentos</u>	<u>Outros (**)</u>	<u>2024</u>
Empréstimos e financiamentos	134.936	(240)	(8.978)	-	9.112	134.830
Debêntures	1.320.911	(1.967)	(23.061)	-	162.787	1.458.670
Passivo de arrendamento	2.323	(1.149)	(1.282)	10.078	1.325	11.295
Total	<u>1.458.170</u>	<u>(3.356)</u>	<u>(33.321)</u>	<u>10.078</u>	<u>173.224</u>	<u>1.604.795</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros.

24 Compromissos Futuros

	<u>Vigência</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Após 2027</u>
Arrendamentos e aluguéis	2025 a 2027	1.001	172	193	9.929

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Titulares

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

André Pentagna Guimarães Salazar

José Ailton Rodrigues

Suplentes

José Silva Sobral Neto

Tatiana Queiroga Vasques

Cristiano de Lima Logrado

Agnelo Coelho Neto

Lucas Magalhães Vasconcelos

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Administrativo-Financeiro-Comercial

Fernando Rettore Neto
Diretor Técnico

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA-011842/O-3 S-AP

Relatório da Administração 2024

A Administração da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes

Destaques de 2024

- ▶ O **volume** de água e esgoto faturada no ano foi de 24,3 milhões de m³.
 - ▶ As **Economias** faturadas atingiram o total de 95.431 em 2024.
 - ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** sem receita de construção totalizou R\$ 91 milhões.
 - ▶ O **Prejuízo** foi de R\$ -202 milhões em 2024, redução de 13,7% frente aos R\$ -234 milhões em 2023.
 - ▶ Os **investimentos** da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá somaram R\$ 156 milhões em 2024.
 - ▶ O número de **perdas na distribuição de água** encerrado no ano de 2024 atingiu 63,21% da água produzida.
-

Mensagem do Presidente

Em 2024 trabalhamos fortes com foco na mobilização e integração das equipes, nas oportunidades de melhorias operacionais e implantação e expansão da cultura na companhia com o objetivo de reestruturar e transformar a CSA em referência no setor de saneamento, com entrega da nova estação de tratamento de água no município de Santana, expansão e renovação do parque de hidrômetros, consolidação dos projetos Se Liga na Rede e Pontes para o Futuro, os quais trazem benefícios para a comunidade de acesso ao abastecimento de água.

Acreditamos que com a expertise do Grupo Equatorial e da SAM Ambiental e com a continuidade dos processos e padrões já implementados desde a assunção, teremos sucesso aqui no Amapá.

Augusto Dantas Borges
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Amapá

Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Amapá



Fonte: Atlas das UC's no Amapá - SEMA/IBAMA 2008

Amapá	
Capital	Macapá
Área (km²)	142.470,76
% da Região Norte	3,70%
% do Brasil	1,67%
Número de Municípios	16
População Estimada [2024] (habitantes)	802.837
% da População Nacional	0,38%
Densidade Demográfica (hab/km²)	5,64
PIB [2021]	20,1 (R\$ bilhões)
% do PIB Brasileiro	0,20%

Fonte: IBGE. Indicadores Econômicos do Amapá – 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>. Acesso em: 6 mar. 2025.

Número de consumidores

Economias	2022	2023	2024
Residencial	82.113	77.160	90.737
Comercial	5.270	3.605	4.021
Industrial	108	23	12
Poder Público	1.286	698	661
Total	88.777	81.486	95.431
Var.		-8%	17%

Em 2024, o total de economias foi de 95.431, com crescimento de 17% em relação a 2023. A categoria residencial representou 95,08% do total. Esse aumento decorre do avanço no cadastro de novos clientes, especialmente nas categorias residencial e comercial, também da migração entre categorias ocorridas por atualização de cadastro.

Assuntos Regulatórios

Em 11 de julho de 2024 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (“ARSAP”) homologou o reajuste tarifário da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá – CSA em 5,48% (cinco vírgula quarenta e oito por cento), conforme Resolução Nº 006/2024, a ser percebido pelos consumidores da Concessionária no período de 30 de agosto de 2024 a 29 de agosto de 2025.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado em 2024 foi de R\$ 91,0 Milhões contra 77,1 milhões em 2023, representando um aumento de R\$ 13,9 milhões ou 18%.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo as provisões para PECLD e Contingências, foi de R\$ 65,9 milhões, em comparação aos R\$ 79,7 milhões em 2023. Representando uma redução de R\$ 13,8 milhões ou 17,3%.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA fechou negativo em R\$ 6,4 milhões, mostrando uma melhora significativa em relação aos R\$ 37,9 milhões negativos registrados em 2023.

Resultado financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 166,1 milhões, apresentando uma leve redução em comparação aos R\$ 167,2 milhões negativos reportados em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024 não houve despesas de IRPJ e CSLL, assim como em 2023.

Lucro líquido / Prejuízo

Em 2024, a CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá apurou um prejuízo líquido de R\$ 201,9 milhões, o que representa uma redução de 13,7% em relação ao prejuízo de R\$ 234 milhões registrado em 2023.

Endividamento

No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1,594 bilhões, um aumento de 9,48% em relação aos R\$ 1,456 bilhões registrados em 2023.

Investimentos

Investimentos	2.022	2.023	2.024
Projetos em Construção	26	33	113
Manutenção, renovação e melhorias	8	30	30
Outros Investimentos	27	10	13
Total	61	73	156

Em 2024, os investimentos da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá totalizaram em R\$156 milhões, direcionados em projetos em construção com 72%, 19% em manutenção, renovação e melhorias, 9% com outros investimentos.

- **Projetos em construção:**

Ênfase para a ampliação e construção da nova estação de tratamento de água de Santana triplicando seu fornecimento de água, readequações nas demais estações de tratamento de água que compõe a capital e os interiores, o alto desempenho dos Projetos Seliga na Rede e Pontes para o Futuro trouxe como resultado o aumento de clientes hidrometrados e interligados na rede, com atuação completa ou em andamento em 12 municípios do estado e 2 novos reservatórios de grande porte foram adquiridos para início dos projetos de reservação em Macapá e Santana.

- **Manutenção, renovação e melhorias:**

O avanço em redes novas atribuiu 68km de extensão/substituição de rede no decorrer do ano, com foco nas melhorias e busca pela redução das perdas de água nos sistemas, foram adquiridos 46 novos medidores de vazão, atendendo 9 municípios.

- **Outros investimentos:**

Dentro deste foram estabelecidos os serviços de segurança predial e em vigilância eletrônica nas bases de captação de Macapá e Santana e a continuidade das consultorias voltadas à elaboração de projetos e à execução de serviços de engenharia para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a realização de serviços topográficos essenciais para o suporte aos projetos e obras.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente; Henderson Rovay, Fernando Rettore Neto e Bruno Pinheiro Macedo Couto, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges

Diretor Presidente

Henderson Rovay

Diretor

Fernando Rettore Neto

Diretor

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Ailton Rodrigues

André Pentagna Guimarães Salazar